

INSTITUTO
FEDERAL
Alagoas

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

PAINT 2020





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
AUDITORIA INTERNA

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. GESTÃO ADMINISTRATIVA DA AUDITORIA INTERNA DO IFAL.....	4
2.1 Estrutura.....	4
2.2 Equipe.....	5
2.3 Recursos da Audint.....	6
3. PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS.....	8
3.1 A Instituição.....	9
3.2 Avaliação da Maturidade de Gestão de Riscos.....	10
4. AÇÕES PAINT 2020 COM BASE NA AVALIAÇÃO DE RISCOS.....	13
5. PLANO DE CAPACITAÇÃO DA AUDINT.....	19
6. APÊNDICES.....	21
6.1 Metodologia utilizada na seleção de trabalhos com base na avaliação de riscos.....	21
6.2. Matrizes de Risco.....	23

1. INTRODUÇÃO

Esse Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) visa definir os trabalhos prioritários a serem realizados pela Auditoria Interna do Ifal (Audint) no ano de 2020.

Os aspectos para elaboração do PAINT, a partir da edição da Instrução Normativa (IN) da Controladoria-Geral da União (CGU) nº 9/2018, e da consequente revogação da IN CGU nº 24/2015, foram modificados. Enquanto o normativo anterior trazia por princípios orientadores a segregação de função e a necessidade de preservação da independência, o documento em vigor avança ao indicar por princípios a serem observados: a autonomia técnica, a objetividade e a harmonização com as estratégias, os objetivos e os riscos da Unidade Auditada. São esses, portanto, os elementos que nortearão esse documento.

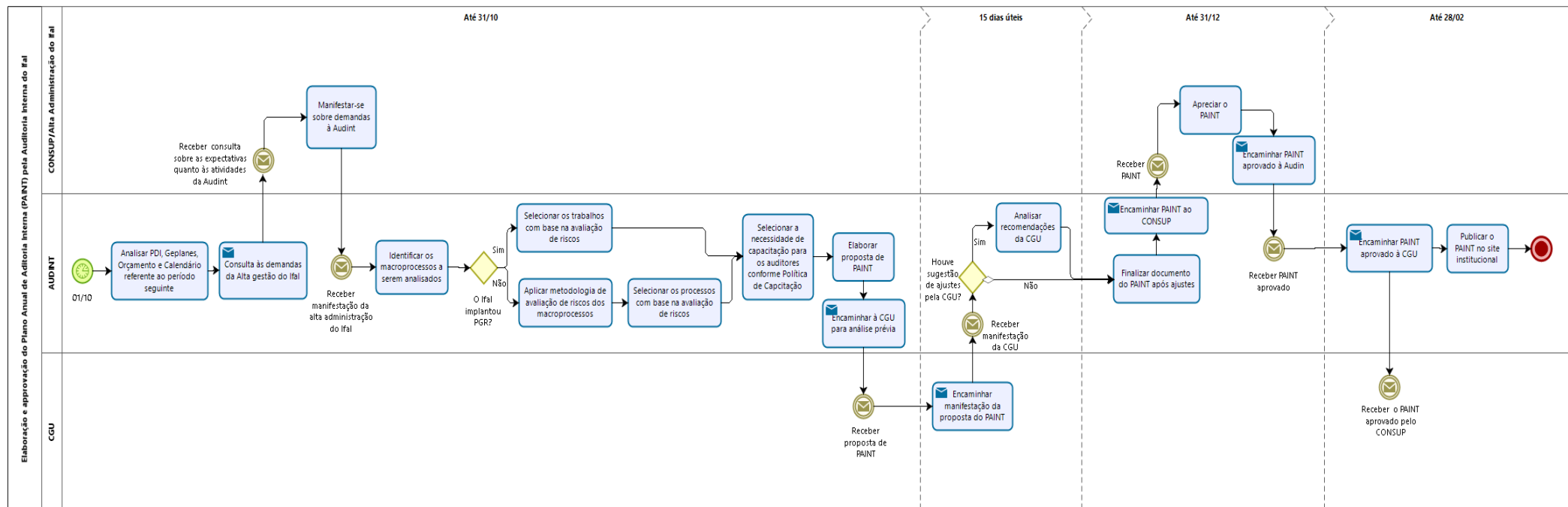
O dispositivo que regulamenta a elaboração e apresentação do PAINT traz, em seu art. 5º, como elementos mínimos necessários:

- I - relação dos trabalhos a serem realizados pela UAIG em função de obrigação normativa, por solicitação da alta administração ou por outros motivos que não a avaliação de riscos, devendo-se, nos dois últimos casos, ser apresentada justificativa razoável para a sua seleção;
- II - relação dos trabalhos selecionados com base na avaliação de riscos;
- III - previsão de, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada auditor interno governamental, incluindo o responsável pela UAIG;
- IV - previsão da atividade de monitoramento das recomendações emitidas em trabalhos anteriores e ainda não implementadas pela Unidade Auditada;
- V - relação das atividades a serem realizadas para fins de gestão e melhoria da qualidade da atividade de auditoria interna governamental;
- VI - indicação de como serão tratadas as demandas extraordinárias recebidas pela UAIG durante a realização do PAINT;
- VII - exposição, sempre que possível, das premissas, restrições e riscos associados à execução do Plano de Auditoria Interna; e,
- VIII – apêndice contendo a descrição da metodologia utilizada para seleção dos trabalhos de auditoria com base na avaliação de riscos.

Além dos elementos mínimos, a IN CGU nº 09/2018 regulamenta, também, o processo de elaboração e aprovação do PAINT.

Assim, esse Plano busca, no cumprimento do normativo que o disciplina, alcançar efetivamente os objetivos indicados para a atividade e a utilização dos recursos de forma eficiente.

Figura 1 . Mapa do Processo de Elaboração e Aprovação do Paint do Ifal, conforme IN nº 09/2018



Fonte: IN CGU nº 09/2018

2. GESTÃO ADMINISTRATIVA DA AUDITORIA INTERNA DO IFAL

A Auditoria Interna (Audint) do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) foi inserida no Estatuto da instituição, aprovado pela Resolução nº 11/CS de 22/09/2009 (atualizado pela Resolução nº 16/2010).

Posteriormente, a atividade foi regulamentada por Regimento Interno próprio aprovado pela Resolução nº 46/CS de 22 de dezembro de 2014. A estrutura e as competências da Audint foram inseridas, ainda, no Regimento Geral do Ifal, aprovado pela Resolução nº 15/CS/2018.

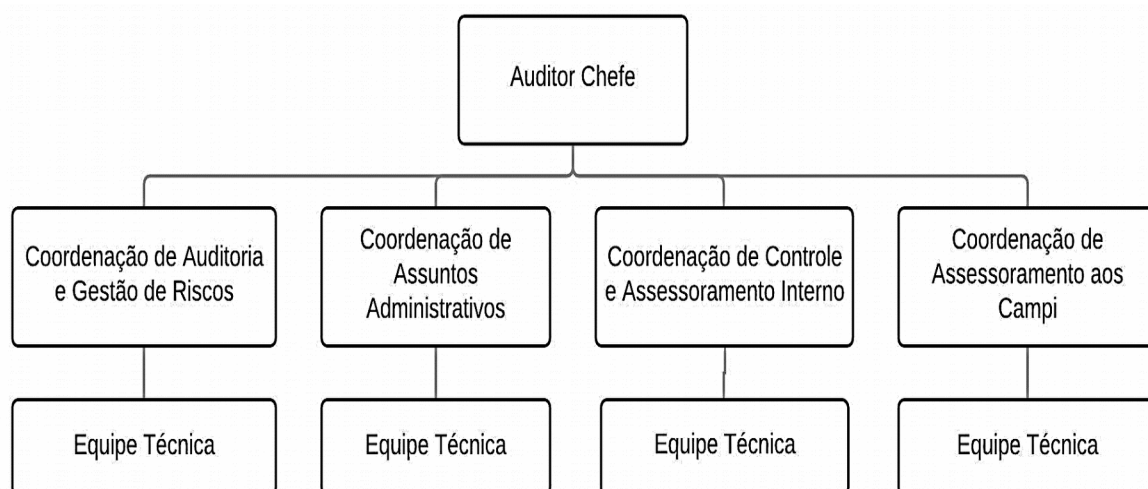
Além dos normativos relacionados, a Audint do Ifal atua sob a supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem como da regional de Alagoas e considera em seus trabalhos, também, a legislação nacional e normas internacionais de auditoria, os regulamentos e documentos próprios elaborados pelo Ifal.

Conforme os normativos institucionais indicados, a Audint é o órgão técnico de controle interno e está vinculada ao Conselho Superior, em cumprimento ao indicado no §3º, art. 15 do Decreto 3.591 de 6 de setembro de 2000.

2.1 Estrutura

A Audint tem sede localizada na Reitoria do Ifal. Atualmente, é estruturada regimentalmente por um titular ocupando a função de Auditor Chefe, por coordenadores ocupando as coordenações de Auditoria e Gestão de Riscos, de Controle e Assessoramento Interno, de Assessoramento aos Campi, de Assuntos Administrativos, e por uma equipe técnica composta por servidores/as ocupantes do cargo de Auditor e ocupantes de outros cargos de nível superior, conforme organograma explicitado na figura abaixo.

Figura 2. Estrutura da Auditoria Interna do Ifal, conforme Regimento Interno



Fonte: Regimento Interno da Auditoria Interna e Regimento Geral do Ifal.

Entretanto, de fato, atualmente há apenas a designação da chefia da Auditoria Interna.

2.2 Equipe

A Audint é composta pelos/as servidores/as:

1. Adriana Lins de Gusmão Vila Nova (afastada parcialmente para qualificação)

Cargo: Auditora

Formação: Bacharel em Ciências Contábeis, especialista em Administração Pública e mestranda em Ciências Contábeis.

2. Jefferson Gerlânio do Nascimento

Cargo: Auditor

Formação: Bacharel em Ciências Contábeis, especialista em Auditoria em Organizações do Setor Público e mestrando em Educação Profissional e Tecnológica.

3. José Emiliano dos Santos

Cargo: Auditor

Formação: Bacharel em Ciências Econômicas, especialista em Tecnologia de Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal e mestrando em Educação Profissional e Tecnológica.

4. Marília Cristyne Souto Galvão Barros Matsumoto (Chefe da Auditoria Interna)

Cargo: Auditora

Formação: Bacharel em Ciências Contábeis, especialista em Auditoria em Organizações do Setor Público e mestra em Administração Pública.

5. Silvana Kelly Coimbra Peixoto

Cargo: Técnica em Assuntos Educacionais

Formação: Licenciada em Pedagogia, especialista em Formação de Professores em Mídias na Educação e em Pedagogia Organizacional.

6. Sócrates Mesquita Bomfim

Cargo: Auditor

Formação: Bacharel em Ciências Contábeis, especialista em Auditoria em Organizações do Setor Público e mestre em Tecnologias Ambientais.

A servidora Michelly Chrystina da Silva Cavalcanti, ocupante do cargo de Auditor, encontra-se cedida à Controladoria-Geral da União, desde 2014.

2.3 Recursos da Audint

Atualmente, a Audint possui estações de trabalho em quantitativo suficiente para a equipe atual.

Quanto ao orçamento, estima-se que, para 2020, os valores necessários para garantir a realização das ações previstas nesse PAINT são:

Quadro 1. Orçamento Estimado para a Auditoria Interna em 2020

Elemento	Memória de Cálculo	Valor Total
Participação em eventos sobre a atividade de Auditoria Interna	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 800,00 (inscrição) • R\$ 619,50 (diárias – R\$ 177,00 X 3,5) • R\$ 2.000,00 (valor médio estimado de passagens) = R\$ 3.419,50. Será considerada a participação de 2 servidores a cada evento, sendo os eventos, preferenciais o Fonai Tec e o Cobaci, que são específicos às Auditorias Internas do MEC, assim R\$ 3.419,50 x 2 servidores = R\$ 6.839,00 por evento Sendo 3 eventos, o total estimado é de R\$ 20.517,00.	R\$ 20.517,00

Elemento	Memória de Cálculo	Valor Total
Diárias para execução das ações	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 211,50 (diária Chefe da Auditoria) x 1,5 = R\$ 317,25 (por visita) • R\$ 177,00 (diária auditores) x 1,5 = R\$ 265,5 (por auditor a cada visita) x 5 auditores = R\$ 1.327,50 = R\$ 1.644,75 (total por visita a dois campi, conforme histórico da Audin que concentra as viagens em dois campi para economizar com transportes e diárias) <ul style="list-style-type: none"> • Considerando 5 visitas, temos R\$ 8.223,75 	R\$ 8.223,75
Realização de cursos de capacitação em temáticas relacionadas às ações desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 2.500,00 (inscrição) • R\$ 619,50 (diárias) • R\$ 2.000,00 (valor médio estimado de passagens) = R\$ 5.119,50 (total por servidor capacitado) Será considerada a capacitação de um servidor por área totalizando R\$ 5.119,50 x 3 = R\$ 15.358,50	R\$ 15.358,50
Total		R\$ 44.099,25

Quanto à demanda por equipamentos de Tecnologia da Informação, foi indicada em consulta institucional para composição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, ocorrida a partir de 01/10/2019. Foram solicitados pela Audint, conforme lista disponibilizada: 02 (dois) notebooks, 01 (um) data show, pacote antivírus e pacote MS Office, apoio ergonômico para os pés e bateria para o notebook HP.

3. PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS

O início dos trabalhos de elaboração deste documento ocorreu em 17 de setembro de 2019, quando a equipe da Audint do Ifal reuniu-se para discutir as alterações necessárias na metodologia dos trabalhos de elaboração do PAINT 2020, para contemplar as alterações normativas.

Além do estudo da IN CGU nº 09/2018, foi realizada pesquisa na literatura especializada (COSO ERM e ISO 31010:2012) e em outras Instituições Federais de Ensino para analisar como estas realizam os trabalhos, especialmente, as com gestão de riscos institucional em estágio semelhante ao do Ifal. Foram consideradas, ainda, informações do PDI 2019-2023 e do PLOA 2020.

No planejamento de seus trabalhos e para o atingimento dos objetivos e uso eficiente dos recursos, a Audint adotará os seguintes direcionadores estratégicos

Missão

Fortalecer e assessorar a gestão, bem como, propor medidas para a racionalização das ações de controle no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, da moralidade e da probidade dos atos da administração do Ifal.

Visão

Realizar as atividades de Auditoria Interna de forma independente e objetiva, adicionando valor ao Ifal e indicando diretrizes de controle para o alcance dos objetivos institucionais.

Valores

- a) integridade;
- b) proficiência e zelo profissional;
- c) autonomia técnica e objetividade;
- d) alinhamento às estratégias, objetivos e riscos da Unidade Auditada;
- e) atuação respaldada em adequado posicionamento e em recursos apropriados;
- f) busca pela qualidade e melhoria contínua; e
- g) comunicação eficaz.

Da elaboração deste planejamento considera-se que, para a execução efetiva, faz-se necessário que elementos relativos a premissas, restrições e riscos, sejam administrados e que sejam tomadas providências para sanar ou mitigar situações que possam interferir no desenvolvimento dos trabalhos.

Considerem-se os elementos abaixo indicados

Premissas

Estrutura suficiente para realização dos trabalhos (computadores, impressoras, material de expediente, estações de trabalho, internet).

Restrições

Limitações no sistema informatizado de auditoria.

Riscos

1. Contingenciamento de recursos (retardamento ou inexecução de parte da programação de despesas prevista na Lei Orçamentária em consequência da insuficiência de receitas);
2. Afastamento de servidor;
3. Greves/paralisações do serviço público;
4. Não atendimento as solicitações de auditoria.

3.1 A Instituição

O Ifal é uma instituição de educação profissional e superior, multicampi, e que detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar equiparada às universidades federais. É composto pela Reitoria, por cinco Pró-Reitorias (Ensino; Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Extensão; Desenvolvimento Institucional e Administração) e uma diretoria sistêmica (Diretoria de Gestão de Pessoas). Possui mais de 1.800 servidores e atende a mais de 20 mil alunos¹, de modo a contribuir para a formação profissional e inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho, com credibilidade e qualidade de ensino.

Atualmente, o Ifal dispõe de 16 campi, localizados em todas as mesorregiões do Estado de Alagoas, nas cidades de: Maceió, Palmeira do Índios, Satuba, Marechal Deodoro, Arapiraca, Piranhas, Penedo, Maragogi, Murici, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema, Rio Largo, Coruripe, Batalha e Viçosa e um Campus Avançado no bairro de Benedito Bentes, em Maceió, o mais populoso da capital alagoana.

Durante a execução das ações previstas nesse PAINT, no ano de 2020, serão considerados os valores quantitativos envolvidos em cada área, pois, a Auditoria Interna do Ifal, em atendimento ao item 181. da IN CGU nº 03/2017 e da IN CGU nº 04/2018, adotará sistemática de quantificação e registro dos resultados e benefícios da sua atuação.

Para o ano de 2020, o Projeto de Lei Orçamentário previu um valor de R\$ 408.834.149,00 para o Ifal, conforme Figura 3

¹ Dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha 2019, em 11 de outubro de 2019.

Figura 3. Instituto Federal de Alagoas - PLO 2020

Código / Especificação	Lei+Créditos 2018	Empenhado 2018	PLO 2019	LOA 2019	PLO 2020
Total	416.012.618	413.360.569	412.252.084	430.389.677	408.834.149
Programa					
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo					352.800.729
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	57.120.293	56.836.148	57.434.000	57.434.000	
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	1.176.099	1.162.336	2.215.250	2.215.250	
0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	74.339	74.339	78.764	78.764	46.628
0999 Reserva de Contingência					14.338.441
2080 Educação de qualidade para todos	69.912.781	69.161.771	67.161.196	85.298.789	
2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	287.729.106	286.125.976	285.362.874	285.362.874	
5012 Educação Profissional e Tecnológica					41.648.351
Função					
09 Previdência Social	57.120.293	56.836.148	57.434.000	57.434.000	45.871.055
12 Educação	357.641.887	355.287.746	352.524.070	370.661.663	348.578.025
28 Encargos Especiais	1.250.438	1.236.675	2.294.014	2.294.014	46.628
99 Reserva de Contingência					14.338.441
Subfunção					
122 Administração Geral	180.000	144.496	108.000	108.000	63.936
272 Previdência do Regime Estatutário	57.120.293	56.836.148	57.434.000	57.434.000	45.871.055
301 Atenção Básica	4.528.864	4.102.627	3.932.772	3.932.772	3.200.046
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	13.081.986	12.966.446	13.281.993	13.281.993	8.796.710
363 Ensino Profissional	298.737.089	297.907.261	294.498.305	312.635.898	286.074.046
846 Outros Encargos Especiais	42.364.386	41.403.590	42.997.014	42.997.014	50.489.915
999 Reserva de Contingência					14.338.441
Grupo de Despesa					
1 Pessoal e Encargos Sociais	328.134.191	326.810.434	327.689.359	327.689.359	340.740.037
3 Outras Despesas Correntes	81.934.285	80.606.474	80.250.840	80.250.840	49.513.576
4 Investimentos	5.944.142	5.943.661	4.311.885	22.449.478	4.242.095
9 Reserva de Contingência					14.338.441
Fonte					
1-PES					
2-JUR					
3-ODC					
4-INV					
5-IFI					
6-AMT					
9-RES					
Total					
100	294.868.982	48.619.771	4.018.557		347.507.310
156	27.535.089				27.535.089
169	18.335.966				18.335.966
250		893.805	223.538		1.117.343
956					9.303.240
969					5.035.201
Total	340.740.037	49.513.576	4.242.095	14.338.441	408.834.149

Fonte: Ministério da Economia http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PLN/2019/Anexo/MSG395-19-Volume%20V.pdf

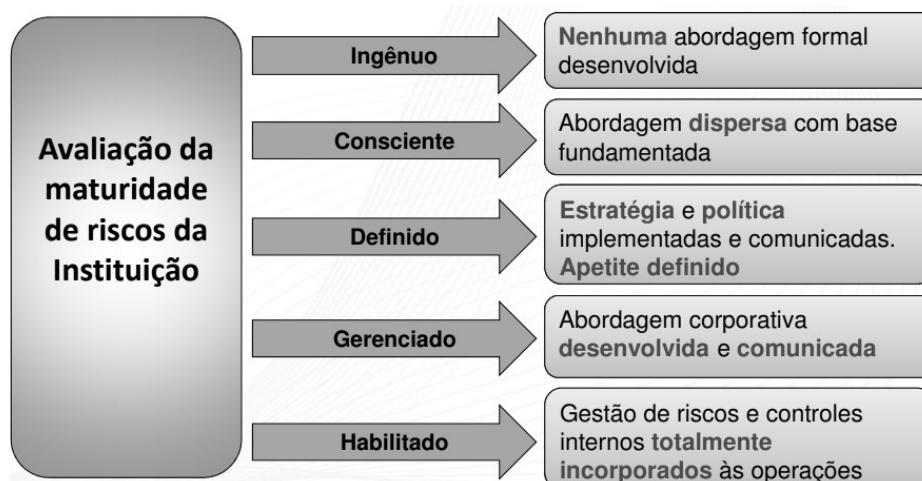
3.2 Avaliação da Maturidade de Gestão de Riscos

Apesar do Ifal ter instituído sua Política de Gestão de Riscos desde 2018, com a aprovação da Resolução nº 04/CS/2018, a implantação desta ainda encontra-se em fase inicial, tendo sido, até o momento, definida a abordagem de mapeamento dos riscos e iniciado o trabalho de mapeamento dos processos e dos riscos institucionais, a nível estratégico.

Assim, pode-se dizer que a maturidade de riscos do Ifal encontra-se em grau consciente, conforme indicado por Caruso (2016)² na Figura 4.

2 Metodologia de Auditoria Baseada em Riscos, de Adriana Maria Couto Caruso (2016). Disponível em http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/anos-anteriores/2016/ii-seminario-de-auditoria-interna-governamental/arquivos/22_11-ufabc.pdf

Figura 4. Avaliação da Maturidade de Riscos da Instituição



Fonte: Metodologia de Auditoria Baseada em Riscos, Caruso (2016)

Segundo De Cicco (2007)³,

A estratégia de auditoria selecionada depende da maturidade de riscos da organização. Organizações com um grau de maturidade de riscos ingênuo ou consciente não conseguirão implementar a ABR imediatamente. Entretanto, tais organizações podem se beneficiar de alguns aspectos das estratégias de auditoria descritos a seguir. Por exemplo, a auditoria interna pode ajudar a melhorar os processos de gestão de riscos e governança, relatando sua avaliação de maturidade de riscos da organização à direção e ao comitê de auditoria, e promovendo a gestão de riscos em todos os trabalhos da atividade de auditoria interna. Pode também conduzir algumas tarefas de consultoria, auxiliando a direção a melhorar a maturidade de riscos da organização.

A literatura especializada consultada indica que, no caso de uma maturidade de riscos consciente, como é no Ifal, as atividades de planejamento de auditoria devem ser baseadas em arcabouço alternativo que congregue, tanto quanto possível, o fator risco. A IN CGU nº 08/2017, que aprovou o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna, indicou que, “a Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) utiliza método de planejamento alternativo, por exemplo, baseado em fatores de riscos ou a partir de riscos identificados pela própria UAIG”. Dessa forma, até que a maturidade de avaliação de riscos da instituição seja considerada “definida”, a abordagem da Audint vai se basear em análise própria.

Diante do exposto e considerando a necessidade de elaborar o PAINT 2020 nos termos das regras que o delimitam, não somente por imposição normativa, mas em busca do atendimento aos critérios técnicos que garantam maior eficiência e possibilitem a avaliação a partir da padronização dos documentos, a abordagem utilizada pela Auditoria Interna do Ifal na definição das ações a serem desenvolvidas no ano de 2020, encontra-se discriminada na próxima seção e no Apêndice deste documento.

³ Auditoria Baseada em Riscos: Como implementar a ABR nas organizações: uma abordagem inovadora, de Francesco De Cicco (2007).

4. AÇÕES PAINT 2020 COM BASE NA AVALIAÇÃO DE RISCOS

De acordo com a IN CGU nº 03/2017, os destinatários dos serviços de avaliação e de consultoria prestados pelas Unidades de Auditoria Interna Governamental são a alta administração, os gestores das organizações e entidades públicas federais e a sociedade. Assim, esse planejamento de auditoria buscou congregiar as ações que são de realização obrigatória às necessidades da alta administração, além das ações definidas por base na avaliação de riscos.

Segue, assim, a discussão acerca da motivação da definição das ações a serem realizadas pela Audint no exercício abrangido por esse planejamento:

Em atendimento ao inciso I, do art. 5º da IN CGU nº 09/2018, são ações que serão realizadas pela Audint em 2020 em função de obrigação normativa, por solicitação da alta administração ou por motivos que não seja a avaliação de riscos

- Acompanhamento do relacionamento entre o Ifal e Fundações de Apoio, em cumprimento ao Acórdão nº 1.178/2018;
- Avaliação da aderência aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, conforme Ofício da SFCI nº 32.595/2012;
- Elaboração do RAINTE 2020, conforme IN CGU nº 9/2018;
- Elaboração do PAINT 2021, conforme IN CGU nº 9/2018;
- Processos de Pesquisa e Ações de Extensão, por solicitação da alta administração, e;
- Acompanhamento da Flexibilização da Jornada de Trabalho dos servidores, conforme recomendação da CGU-AL, no Relatório nº 201800573.

Ainda, em cumprimento à obrigação normativa, a Audint do Ifal, executará a IN CGU nº 03/2017, que indica que “deve instituir e manter um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ)”, e incluirá, em seu planejamento, a instituição do PGMQ, com o objetivo de promover a avaliação e a melhoria contínua dos processos de trabalho, dos produtos emitidos e da eficácia e da eficiência da atividade de auditoria interna do Ifal. Cumpre ressaltar que o programa foi regulamentado na instituição por meio da aprovação da Política, na Resolução nº 27/2019/CS/IFAL, que será a diretriz para implementação deste. Assim, será Ação desenvolvida pela Audint

- Consolidação e apresentação do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Audint do Ifal.

Será, ainda, considerada Ação da Auditoria Interna do Ifal, as reuniões realizadas para tratar de temas relacionados à atividade e/ou sobre assuntos administrativos do ambiente organizacional, como atualização de normativos institucionais, compartilhamento de informações, avisos institucionais e planejamento de atividades não previstas nesse Plano.

Ressalta-se que as reuniões de planejamento das ações não se confundem com estas, pois são contabilizadas no período de realização das ações, na etapa de Planejamento dos Trabalhos Individuais de Auditoria e observarão o que está preceituado na IN CGU nº 08/2017. Dessa forma, considera-se como Ação de Auditoria a ser realizada em 2020

- Reuniões

Sendo a Auditoria Interna, conforme a IN CGU nº 03/2017, uma atividade de avaliação e consultoria, esse PAINT 2020, prevê a atuação da Audint do Ifal no assessoramento e aconselhamento à alta administração, acerca dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles interno, a partir de solicitação específica dos gestores. Essa atividade deve ser realizada em estrita observância às normas que a preceituam e abordar aspectos estratégicos que não configurem tomada de decisão, mas que sirvam de subsídio aos gestores. Assim, considera-se como Ação desta Audint, a ser incluída em seu Planejamento

- Atividades de Consultoria

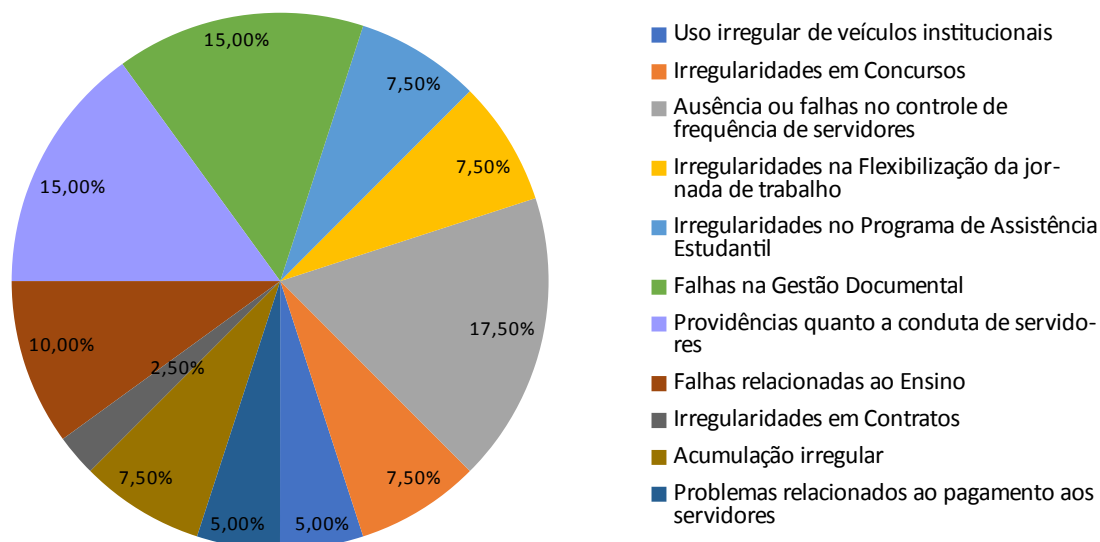
A Audint do Ifal, além das atividades de avaliação e consultoria, atua na articulação interinstitucional, conforme indicado na IN CGU nº 03/2017, seja no acompanhamento das demandas dos Órgãos de Controle, seja intermediando a comunicação entre estes e o Ifal, a fim de estabelecer um relacionamento com resultados efetivos às instituições e à sociedade. Assim, é Ação a ser desenvolvida pela Audint do Ifal em 2020

- Assessoramento aos órgãos de Controle Interno e Externo

Quanto às demandas da sociedade, foram consideradas 38 manifestações das encaminhadas à Ouvidoria do Ifal, no ano de 2019, via sistema e-Ouv. Foram desconsideradas as que se repetiam, as solicitações e as indefinidas. Estas, após

solicitadas à Ouvidoria, foram fornecidas à Audint em formato de Relatório, que, após tratamento relacionando as manifestações à temáticas correspondentes, pôde apurar, conforme Gráfico 1, que estas referem-se a

Gráfico 1. Temáticas mais frequentes na Ouvidoria



Fonte: Relatório emitido pela Ouvidoria do Ifal após solicitação da Audint.

Sendo, portanto, a temática mais frequente nas manifestações dos cidadãos à Ouvidoria, conforme amostra analisada, a ausência ou falhas no controle de frequência dos servidores. Assim, essa Audint, em 2020, buscando contribuir com o aprimoramento da política pública ofertada e em busca da melhoria da instituição realizará ação relativa à

- Avaliação e acompanhamento dos controles de frequência dos servidores.

Ainda, em atendimento ao inciso IV, do art. 5º, da IN CGU nº 09/2018, a Audint do Ifal realizará, em 2020, ação relativa ao acompanhamento da implementação de providências em atendimento ao recomendado em trabalhos anteriormente realizados. Essa Ação deve ser realizada em conformidade com o indicado no capítulo 7 da IN CGU nº 08/2017

- Monitoramento das recomendações emitidas em trabalhos anteriores e ainda não implementadas pela Unidade Auditada.

Com relação aos trabalhos selecionados com base na avaliação de riscos, conforme indicado em metodologia explicitada no Apêndice desse documento, foi definida a realização de ações relativas a

- Contrato e Admissão de Pessoas;
- Gestão da Educação Básica;
- Seleção de Ingressos, e;
- Gestão de Suprimentos – com foco na área de contratos e manutenção dos campi, conforme indicado pela gestão destes, em resposta ao questionário aplicado.

Além das ações acima delimitadas, conforme justificativas apresentadas para a realização destas, é possível e provável, considerando dentre outros fatores o histórico de anos anteriores, que demandas extraordinárias surjam no decorrer do exercício. Neste caso, as temáticas não previstas neste planejamento, sejam de avaliação ou de consultoria, mas que devam ser auditadas, serão consideradas na ação de

- Reserva Técnica

O planejamento operacional das Ações relacionadas, relativo ao escopo, objetivos, questões de auditoria, alocação de recursos, prazo e metodologia de cada ação, será construído durante os trabalhos ao longo do exercício, em conformidade com o item 4.3 da IN CGU nº 08/2017.

Será considerada, para o desenvolvimento de cada Ação, a atuação de, no mínimo 2 (dois) servidores/as por Ação. Cabe à Chefia da Auditoria, em atendimento à norma supracitada, “responsabilizar-se pela supervisão dos trabalhos, a qual poderá ser delegada, sem prejuízo de sua responsabilidade”.

Quadro 2. Ações de Auditoria em 2020

Ação	Processo Analisado	Origem da Demanda	Período de Realização	Recursos Humanos	Horas Totais	Objetivos
Ação nº 1 – Elaboração do RAI NT 2019	Ações de Auditoria Interna no ano de 2019	IN CGU nº 9/2018	Jan a Fev	2 servidores/as	736h	Analisar os resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna do Ifal no ano de 2019
Ação nº 2 –PGMQ 2019	Consolidação e apresentação do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Audint do Ifal	IN CGU nº 03/2017	Jan e Fev	2 servidores/as	730h	Promover a avaliação e a melhoria contínua dos processos de trabalho, dos produtos emitidos e da eficácia e da eficiência da atividade de auditoria interna governamental.
Ação nº 3 - Fundações de Apoio	Acompanhamento do relacionamento entre o Ifal e Fundações de Apoio	Acórdão nº 1.178/2018	Fev a Ago	3 servidores/as	916h	Avaliar a transparência na gestão de recursos públicos no relacionamento entre as Fundações de Apoio.
Ação nº4 - Sustentabilidade Ambiental	Avaliação da aderência do Ifal aos critérios de Sustentabilidade Ambiental	Ofício da SFC nº 32.595/2012	Set a Dez	3 servidores/as	730h	Avaliar a aderência do Ifal aos critérios de Sustentabilidade Ambiental.
Ação nº 5 - Processos de Pesquisa e Ações de Extensão	Avaliação dos Processos de Pesquisa e Ações de Extensão	Solicitação da Alta Administração	Mar a Jul	2 servidores/as	900h	Avaliar os Processos de Pesquisa e Ações de Extensão.
Ação nº 6 - Flexibilização da Jornada de Trabalho	Acompanhamento da Flexibilização da Jornada de Trabalho dos servidores do Ifal	Relatório nº 201800573 CGU-AL	Mar a Jun	2 servidores/as	668h	Acompanhar os processos referentes à Flexibilização da Jornada de Trabalho dos servidores do Ifal.
Ação nº 7 - Sistema Monitor	Estabelecimento de mecanismos de monitoramento das demandas do Sistema Monitor e Sistemas de Trilhas	Relatório nº 201800573 CGU-AL	Ano todo	3 servidores/as	144h	Acompanhar as demandas dos Órgãos de Controle.
Ação nº 8 – Reuniões	Realização periódica de reuniões para discussões de temas pertinentes à Unidade de Auditoria Interna do Ifal	Gerenciamento da Audint do Ifal	Ano todo	Todos os/as servidores/as	100h	Realizar reuniões periódicas para compartilhamento de informações e discussão de temas relativos à gestão da Unidade de Auditoria Interna.
Ação nº 9 – Consultoria	Consultoria a Alta Administração, por meio de assessoramento e aconselhamento, a partir de manifestação formalizada	IN CGU nº 03/2017	Ano todo	Todos os/as servidores/as	272h	Realizar consultoria, nos termos da legislação vigente, junto aos gestores do Ifal.
Ação nº 10 - Assessoramento aos órgãos de Controle Interno e Externo	Assessoramento e acompanhamento das demandas emitidas pela CGU e TCU	IN CGU nº 03/2017	Ano todo	3 servidores/as	172h	Assessorar a relação entre o Ifal e os Órgãos de Controle, no cumprimento de demandas e no estabelecimento de parcerias.
Ação nº 11 – Plano de Providências	Monitoramento das recomendações emitidas em trabalhos anteriores e ainda não implementadas pela Unidade Auditada	IN CGU nº 03/2017 e IN CGU nº 9/2018	Ano todo	Todos os/as servidores/as	100h	Acompanhar as recomendações emitidas em trabalhos anteriores e ainda não implementadas. Avaliar as providências tomadas.
Ação nº 12 - Avaliação dos Controles Internos de frequência dos servidores	Avaliação dos modelos de acompanhamento da frequência dos servidores.	Relatório Ouvidoria	Jan a Mai	2 servidores/as	947h	Avaliar os controles adotados no acompanhamento ao cumprimento da jornada e das atividades dos servidores
Ação nº 13 - Contrato e Admissão de Pessoas	Avaliação dos Processos de Contrato e Admissão de Pessoas do Ifal	Matriz de Riscos	Jul a Nov	2 servidores/as	836h	Avaliar os controles internos adotados no Processo de Contrato e Admissão de novos servidores no Ifal.
Ação nº 14 - Gestão da Educação Básica	Avaliação dos Processos e Programas específicos da Educação Básica no Ifal	Matriz de Riscos	Ago a Dez	2 servidores/as	798h	Avaliar os controles internos adotados nos Processos e Programas específicos da Educação Básica no Ifal
Ação nº 15 - Seleção de Ingressos	Avaliação do Processo de Seleção de Ingressos	Matriz de Riscos	Fev a Jun	2 servidores/as	821h	Avaliar os controles internos adotados no Processo de Seleção de Ingressos no Ifal.
Ação nº 16 - Gestão de Suprimentos	Avaliação dos Processos de Suprimentos nos campi, com foco nos processos de contrato e manutenção dos campi	Matriz de Riscos	Mar a Ago	2 servidores/as	590h	Avaliar os Processos de Suprimentos nos campi, com foco nos processos de contrato e manutenção dos campi

Ação	Processo Analisado	Origem da Demanda	Período de Realização	Recursos Humanos	Horas Totais	Objetivos
Ação nº 17 – Elaboração do PAINT 2021	Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna do Ifal para o ano posterior	IN nº 09/2018	Outubro	Todos os/as servidores/as	328h	Elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna do Ifal para o ano seguinte.
Ação nº 18 – Reserva Técnica	Realização de ações por demandas extraordinárias	IN nº 09/2018	Ano todo	Todos os/as servidores/as	100h	Realizar ações não previstas neste PAINT, mas cuja necessidade de realização se demonstre relevante.
Capacitação	Realização de capacitação pelos/as servidores/as da Audint	IN nº 09/2018	Ano todo	Todos os/as servidores/as	240h	Capacitar os/as servidores/as para desenvolver as competências necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

5. PLANO DE CAPACITAÇÃO DA AUDINT

Buscando o aperfeiçoamento dos/as auditores/as e a diminuição das fragilidades, a IN CGU nº 09/2018 indica, como um dos elementos mínimos do PAINT, a “previsão de, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada auditor interno governamental, incluindo o responsável pela UAIG”.

Considerando a multiplicidade de áreas de atuação da Audint é necessário que os/as servidores/as desenvolvam e aprimorem novos conhecimentos a cada ano. Além disso, é necessário relacionar os conteúdos formativos às Ações planejadas. Assim, em até 30 dias após a aprovação do Paint 2020, a Audint deve apresentar Plano Anual de Capacitação da Auditoria Interna, com a indicação da necessidade de capacitação dos/as servidores/as em temáticas específicas.

Contudo, após mapeamento preliminar das competências da equipe e a partir das Ações propostas nesse documento prévio, indica-se a capacitação dos/as servidores/as nos eventos abaixo elencados

Quadro 3. Previsão de Participação em Eventos Específicos das Audins de IFEs

Servidor	Capacitação	Data Prevista	Horas previstas
Adriana Lins de Gusmão Vila Nova	52º Fonai Tec	Maio 2020	24 h
Jefferson Gerlânio do Nascimento	52º Fonai Tec	Maio 2020	24 h
José Emiliano dos Santos	III Cobaci - Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle e Interno	Agosto 2020	24 h
Marília Cristyne S. G. B. Matsumoto	III Cobaci - Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle e Interno	Agosto 2020	24 h
Silvana Kelly Coimbra Peixoto	53º Fonai Tec	Outubro 2020	24 h
Sócrates Mesquita Bomfim	53º Fonai Tec	Outubro 2020	24 h

Tendo em vista as Ações de execução decorrentes de imposição normativa, indica-se, por oportuno, a participação dos/as servidores/as em eventos como os indicados abaixo, a fim de garantir que o mesmo tenha a competência para a execução de suas atribuições.

Quadro 4. Previsão de Participação em Eventos Complementares

Curso	Data Prevista	Carga Horária Prevista
Ajustes firmados com Fundações de Apoio	Fevereiro/2020	16 h
40 ° Conbrai – Congresso Brasileiro de Auditoria Interna	Outubro/2020	16 h
11º Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Governamental	Outubro/2020	16 h

Maceió, 31 de outubro de 2019

Marília Cristyne Souto Galvão Barros Matsumoto
Auditora Chefe

6. APÊNDICES

6.1 Metodologia utilizada na seleção de trabalhos com base na avaliação de riscos

Como o Ifal ainda não possui Gestão de Riscos consolidada, a Auditoria Interna, baseada na legislação, na literatura especializada e em experiências de outras instituições, aplicou sistemática alternativa de avaliação de riscos das áreas, conforme descrito nessa metodologia.

Inicialmente, foi realizada reunião entre os membros da Audint para estudo e definição da metodologia que seria adotada. Foi definida a aplicação de questionário específico junto aos gestores estratégicos⁴, considerando critérios de avaliação como materialidade, relevância, criticidade e oportunidade. A partir da definição dos principais processos institucionais, foram elencados graus de risco (0, 1, 3 ou 5) a cada critério.

Foram aplicados dois tipos de questionários: um específico, doravante chamado questionário 1, ao Reitor, Pró-Reitores e Diretora de Gestão de Pessoas, relativo apenas às áreas de atuação de cada um. Esse mesmo questionário foi aplicado, também, aos membros da Audint, que responderam as questões relativas a todas as áreas. Outro questionário, doravante chamado questionário 2, com conteúdo multi-área, foi encaminhado aos 16 Diretores de campi, dos quais 12 participaram do processo que resultou nesse planejamento. O questionário foi encaminhado por meio eletrônico e os gestores responderam em um prazo médio de 20 dias.

Por fim, foi considerado o valor médio entre as respostas dos participantes, para elaboração da matriz.

As questões, relacionadas aos critérios, aplicadas foram:

Dentro do critério **materialidade**, foi observado a Participação no orçamento, a partir da pergunta “Qual a participação do processo no montante do orçamento do macroprocesso?”

Dentro do critério **relevância**, foi observada a Missão institucional, com a pergunta “Qual a relevância do processo para o atingimento da missão institucional?” E as Metas

4 Para esse planejamento foram considerados gestores estratégicos: Reitor, Pró-Reitores, Diretora de Gestão de Pessoas e Diretores de Campi.

do PDI, com a pergunta “O processo é diretamente responsável por objetivos e/ou metas do PDI?”.

Dentro do critério **criticidade**, foi observado o Mapeamento do processo com a pergunta “O processo está mapeado e publicado?” a Análise de riscos com a pergunta “O processo tem análise formalizada com relação à identificação de riscos potenciais à realização de objetivos ou metas?” e “A análise foi publicada aos interessados?”, os Regulamentos institucionais com as perguntas “Existem normas e regulamentos institucionais atualizados que amparam o processo? As normas e regulamentos estão publicados?”, a realização de Auditoria CGU/TCU com a pergunta “Houve auditoria no processo/área pela CGU/TCU nos últimos três anos?”, a realização de Auditoria Audint com a pergunta “Houve auditoria no processo/área pela auditoria interna nos últimos três anos?” e a Centralização da atividade com a pergunta “A atividade é centralizada na Reitoria?”

Dentro do critério **oportunidade**, foi observada a Oportunidade com a pergunta “Com base no conhecimento e na experiência, qual o grau de oportunidade para realização de auditoria no processo?”

A seleção final de processos a serem avaliados por Ação da equipe de auditoria interna consiste no processo de maior somatório dentro de cada macroprocesso. Sendo consideradas críticas, as áreas que atingissem 40 ou mais pontos do total de 50 no questionário 1. Quanto ao questionário 2, determinou-se que seria considerada a área de maior pontuação, para definição de realização de auditoria nesta.

6.2. Matrizes de Risco

QUADRO 5. MATRIZES DE ANÁLISE DAS ÁREAS

Reitoria											
Processo	Missão Institucional	Objetivos e Metas do PDI	Participação no Orçamento	Mapeamento dos Processos	Análise de Riscos	Regulamentação Institucional	Auditoria TCU/CGU	Auditoria Audint	Centralização do Processo	Oportunidade	Total
Processos de expedição e organização de documentos oficiais e Recepção, registro de compromissos, informações e intermédio dos órgãos de assessoramento com o gabinete	3	2,3	2,3	4,3	5	4,3	5	5	1,6	3	35,8
Ouvidoria	2,3	1,6	5	5	5	3,6	5	5	1	1	34,5
Corregedoria	1	1	1,3	5	5	3,6	5	5	1	3	30,9
Comunicação Institucional e Eventos	2,3	3	2	5	5	3,6	5	5	3	0,6	34,5

DGP											
Processo	Missão Institucional	Objetivos e Metas do PDI	Participação no Orçamento	Mapeamento dos Processos	Análise de Riscos	Regulamentação Institucional	Auditoria TCU/CGU	Auditoria Audint	Centralização do Processo	Oportunidade	Total
Saúde do Servidor	2	2	2	4	5	2	5	5	4	4	35
Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal	3	3	2,5	5	5	2	5	4	4	4	37,5
Contrato e Admissão de Pessoas	4	4	4	5	5	2	5	5	3	4	41
Cadastro e Lotação de Pessoal	2	2	1	5	5	2	5	5	3	2	32
Aposentadoria e Pensão	1	1	2	5	5	3	5	5	1	1,5	29,5

PROEX											
Processo	Missão Institucional	Objetivos e Metas do PDI	Participação no Orçamento	Mapeamento dos Processos	Análise de Riscos	Regulamentação Institucional	Auditoria TCU/CGU	Auditoria Audint	Centralização do Processo	Oportunidade	Total
Gestão de Projetos	4,2	4,2	3,8	4,2	5	2,1	4,6	3	3,4	3	37,5
Gestão de Cursos e Eventos	3	3	2,4	4,2	5	3	4,6	4	3	3	35,2
Gestão das Relações Institucionais	3,4	4,2	2,2	4,2	5	2,6	4,6	5	3,4	3	37,3
Gestão das Ações Comunitárias	2,2	2	2,4	4,2	5	2,6	3,6	3	3,4	2,6	31

PROAD											
Processo	Missão Institucional	Objetivos e Metas do PDI	Participação no Orçamento	Mapeamento dos Processos	Análise de Riscos	Regulamentação Institucional	Auditoria TCU/CGU	Auditoria Audint	Centralização do Processo	Oportunidade	Total
Gestão de Infraestrutura, Manutenção e Transportes	3,8	3,4	3	4,4	5	1,8	1	0,6	2,2	4,6	29,8
Gestão Documental e Memória Institucional	2,6	3,4	2,2	3,8	5	2,6	5	5	2,6	2,2	34,4
Gestão Orçamentária	4,2	4,2	4,2	5	5	2,6	3,8	0	2,6	4,6	36,2
Gestão Financeira	4,2	4,2	4,4	4,2	5	2,2	3,6	0	4,6	4,6	37
Contratos	3,8	4,2	4,6	4,2	5	3	2,8	1,2	2,2	4,2	35,2
Gestão Patrimonial	3,8	3,8	4,4	4,2	5	2,6	2,8	0	4,4	4,2	35,4
Licitações	3,8	3,8	4,6	4,2	5	3	1	0	3,4	4,2	33

PRPPI											
Processo	Missão Institucional	Objetivos e Metas do PDI	Participação no Orçamento	Mapeamento dos Processos	Análise de Riscos	Regulamentação Institucional	Auditoria TCU/CGU	Auditoria Audint	Centralização do Processo	Oportunidade	Total
Gestão das Atividades de Pesquisa	5	5	4	4	4	1	5	2,5	3	3	36,5
Gestão das Atividades de Pós-Graduação	5	5	2,5	5	4	1	5	5	2	2	36,5
Gestão das Atividades de Inovação	5	5	3,5	4	4	1	5	5	3	3	38,5

PROEN											
Processo	Missão Institucional	Objetivos e Metas do PDI	Participação no Orçamento	Mapeamento dos Processos	Análise de Riscos	Regulamentação Institucional	Auditoria TCU/CGU	Auditoria Audint	Centralização do Processo	Oportunidade	Total
Gestão da Educação Básica	5	5	5	5	5	3	4	1,5	3	4,5	41
Gestão da Graduação	5	5	4,25	5	5	2,5	3	2,5	3,5	4	39,75
Gestão da Seleção de Ingressos	5	4,5	2,5	5	4,5	2,5	5	5	2,5	3,5	40
Gestão da Educação à Distância	5	5	3,75	5	5	3,5	0,5	4,5	3	3,5	38,5
Gestão das Políticas Estudantis	4,5	4,5	3,75	5	5	2	5	1,25	3,5	4	38,5

PRDI											
Processo	Missão Institucional	Objetivos e Metas do PDI	Participação no Orçamento	Mapeamento dos Processos	Análise de Riscos	Regulamentação Institucional	Auditoria TCU/CGU	Auditoria Audint	Centralização do Processo	Oportunidade	Total
Projetos, Obras, Orçamento de Obras e Apoio à Licitação	3,5	4	4,5	4	4,5	3,5	1	1	1	3,5	30,5
Planejamento e Articulação Institucional	4	4	2,25	5	5	2,5	2,75	2,75	3	3	34,25

Processo	Missão Institucional	Objetivos e Metas do PDI	Participação no Orçamento	Mapeamento dos Processos	Análise de Riscos	Regulamentação Institucional	Auditoria TCU/CGU	Auditoria Audint	Centralização do Processo	Oportunidade	Total
Tecnologia da Informação	2,5	2,5	3,75	4,5	5	1,5	4	2,5	2,5	4	32,75

Diretores-Gerais dos Campi					
Processo	Critério Materialidade	Critério Relevância	Critério Criticidade	Critério Oportunidade	Total
Gestão de Diárias e Passagens	1	3,5	4	2,6	11,1
Gestão de Suprimentos	3,9	4,5	3,5	2,8	14,7
Gestão Orçamentária	3,8	4,6	2,3	2,6	13,3
Gestão Contábil e Financeira	3,8	3,8	3,8	2,6	14
Gestão Patrimonial	2,8	3,6	4,1	2,8	13,3
Gestão da Pesquisa	1,3	5	3,6	2,5	12,4
Gestão da Extensão	1,3	4,6	3,3	2,4	11,6
Gestão de Ensino	3,5	5	3,5	2,4	14,4
Gestão de Assuntos Acadêmicos	2,5	4,6	3,3	2,1	12,5
Tecnologia da Informação	1,5	3,5	3,5	2,4	10,9
Gestão de Transportes	1,8	3,5	3,3	2,9	11,5
Gestão de Pessoas	1,6	3,8	3,5	2,3	11,2